

COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A
CNPJ. 83.187.930/0001-23 - NIRE 4130000695-4
AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N° 61

O Sr. Thales Zugman Diretor Presidente da Companhia **COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A**, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de Abril de 2026 às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Amazonas, n° 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**: 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2025; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2025; 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 7) Assuntos Gerais.

AVISO

A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição no site <https://www.lavrasul.com.br/> e na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025. Curitiba (Pr), 26 de Março de 2026. Thales Zugman - Diretor Presidente

AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A
CNPJ. 78.231.701/0001-29 - NIRE 41300002304
AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N° 47

O Sr. Júlio Zugman Diretor Presidente da sociedade **AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A**, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de Abril de 2026, às 9:30 horas, na sede da Companhia, na Rua Amazonas, n° 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**: 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2025; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2025; 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 7) Assuntos Gerais.

AVISO

A administração comunica aos Senhores (as) Acionistas, que se encontram à sua disposição, no site <https://www.apnh.com.br/> e na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025. Curitiba (Pr), 26 de Março de 2026. Julio Zugman - Diretor Presidente.

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A
CNPJ 76.506.302/0001-06 - NIRE 4130004787-1
AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N° 106

O Sr. Jacob Reicher Diretor Presidente da Companhia **LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A**, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de Abril de 2026, às 11:00 horas, na sede da companhia na Rua Amazonas, n° 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**: 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2025; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2025; 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 7) Assuntos Gerais.

AVISO

A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, no site <https://www.lavrama.com.br/> e na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025. Curitiba (Pr), 26 de Março de 2026. Jacob Reicher - Diretor Presidente

AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A
CNPJ/MF N.º 78.231.701/0001-29 - NIRE N.º 4130000230-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sr. Julio Zugman, Diretor-Presidente da sociedade **AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A**, convoca os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 27 de Abril de 2026, às 09:00 horas, na sede da companhia, sito à Rua Amazonas, n° 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030 para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1) Aprovação das contas e relatórios referentes ao fundo de reserva constituído na forma do "Acordo Entre Acionistas/Quotistas das Empresas que Integram o Grupo Zugman para Alienação de Participação Societária, Ativos e Gestão de Fundo de Reservas"; 2) Destinação de parcela do saldo do fundo de reserva constituído na forma do "Acordo Entre Acionistas/Quotistas das Empresas que Integram o Grupo Zugman para Alienação de Participação Societária, Ativos e Gestão de Fundo de Reservas", especialmente no que diz respeito aos preceitos estabelecidos no item 5.5 do referido Instrumento Particular; 3) Informação do "novo saldo das obrigações e encargos" reconhecidos como contingências das Empresas do Grupo Zugman, em cumprimento do item 5.6 do "Acordo Entre Acionistas/Quotistas das Empresas que Integram o Grupo Zugman para Alienação de Participação Societária, Ativos e Gestão de Fundo de Reservas"; 4) Análise e deliberação acerca da distribuição do eventual excedente aos acionistas, em cumprimento do item 5.6 do "Acordo Entre Acionistas/Quotistas das Empresas que Integram o Grupo Zugman para Alienação de Participação Societária, Ativos e Gestão de Fundo de Reservas".

A administração informa que os documentos pertinentes aos assuntos da ordem do dia foram disponibilizados aos acionistas dentro do prazo legal, em conjunto com os demais documentos da Companhia, quando da Convocação para a realização da sua AGO anual. Curitiba, 26 de Março de 2026. Júlio Zugman - Diretor-Presidente



FINAXIS

BANCO FINAXIS S.A.

CNPJ/MF n° 11.758.741/0001-52 - NIRE 41.300.079.358

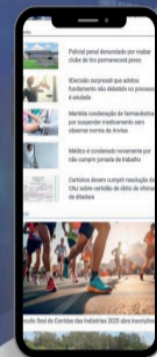
ANÚNCIO AOS ACIONISTAS

BANCO FINAXIS S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, informa que encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia na sua sede social, localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n° 463, 11° andar, Água Verde, CEP 80250-104, (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como os documentos e informações relacionados às demais matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A Companhia esclarece, ainda, que a publicação dos documentos, conforme exigido pela legislação aplicável, será oportunamente realizada pela Companhia no jornal Diário Indústria & Comércio.

Curitiba, PR, 27 de março de 2026
Administração da Companhia

ACESSE:

www.diarioinduscom.com.br



Diário Indústria&Comércio

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 30/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 30/03/2026 09:35:57

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: d7bfcc4fb2c840c504cb29ab21d65d6a0e9f253bf5b13e593eca7cebe9d4009d



Assinatura

Assinado em: 30/03/2026 09:36:02

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 571b3d513fa5c22d175d233a6ada030d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.2.12	-25.442399345404 , -49.255823135527	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Bari Securitizadora S.A.

CNPJ: 10.608.405/0001-60 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR - www.barisec.com.br

bari.
SECURITIZADORA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V. Sas. O Relatório de Administração e as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou 27 (vinte e sete) emissões, no montante total de R\$ 1.852.213.

Curitiba, 26 de março de 2026

Evaldo Leandro Perussolo

Diretor Presidente

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
		10.204	8.193			Circulante	3.864
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	852	442	Dividendos e juros sobre o capital próprio	12. d	434	1.404
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		6.121	4.290	Bonificações a pagar		334	242
Aplicações em operações interfinanceiras	5	6.121	4.290	Obrigações sociais e trabalhistas		126	128
Outros créditos		3.230	3.460	Impostos sobre o lucro a pagar		918	900
Adiantamentos	7	500	687	Impostos e contribuições a recolher	10	1.429	366
Serviços prestados	6	336	169	Receita diferida	11	422	598
Créditos tributários	17. b	425	414				
Impostos a recuperar	8	1.969	2.190				
Outros valores e bens		1	1	Não Circulante		8.960	718
Despesas antecipadas	1	1	1	Dividendos e juros sobre o capital próprio	12. d	8.242	-
		6.773	6.611	Outras obrigações diversas	11	718	718
Não Circulante				Patrimônio líquido		4.153	9.504
Ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outro resultado abrangente		3.474	3.918	Capital social	12. a	3.750	3.750
Certificado de recebíveis imobiliários	5	3.474	3.918	Reserva legal		535	441
Outros Créditos		3.285	2.671	Reserva especial		-	5.483
Imposto a Recuperar	8	3.285	2.671	Ajuste a valor de mercado		(132)	(170)
Permanente		14	22				
Imobilizado e intangível	9	14	22				
Total do ativo		16.977	14.804	Total do passivo e do patrimônio líquido		16.977	14.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
						9.504
Saldo em 01 de janeiro de 2025	3.750	441	5.483	(170)	-0	9.504
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	38	-	38
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.883	1.883
Reserva legal	-	94	-	-	(94)	-
Reserva especial	-	-	1.789	-	(1.789)	-
Dividendos Propostos	-	-	(7.272)	-	-	(7.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.750	535	-	(132)	(0)	4.153
Mutações do período	-	94	-5.483	38	-	(5.351)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	3.750	339	4.113	40	-	8.242
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(210)	-	(210)
Lucro do exercício	-	-	-	-	2.036	2.036
Reserva legal	-	102	-	-	(101)	1
Reserva especial	-	-	1.370	-	(1.371)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(564)	(564)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.750	441	5.483	(170)	(0)	9.504
Mutações do período	-	102	(1.370)	(210)	(0)	1.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos valores adicionados exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
		Receitas			5.015	4.798
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	13	4.588	4.560	Remuneração direta	4.960	975
Outras receitas		427	238	Benefícios	606	669
Insumos adquiridos de terceiros		(1.217)	(1.725)	F.G.T.S	71	68
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.217)	(1.725)	Impostos, taxas e contribuições	1.671	2.030
Valor adicionado bruto		3.798	3.073	Federais	1.429	1.777
Depreciação, amortização e exaustão	14	(8)	(61)	Municipais	2	3
Valor adicionado líquido		3.790	3.012	Estadual	240	250
Valor adicionado recebido em transferência		1.426	2.812	Remuneração de capitais de terceiros	-	46
Receitas financeiras	15	1.426	2.812	Aluguéis	-	46
Valor adicionado total a distribuir		5.216	5.824	Remuneração de capitais próprios	1.883	2.036
Distribuição do valor adicionado		5.216	5.824	Lucros retidos do período	1.883	2.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Bari Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída em 28 de outubro de 2008 e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia está situada no endereço, Avenida Sete de Setembro, 4.781 sobreloja, Curitiba, Estado de Paraná, e mantém uma filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia iniciou suas atividades operacionais com a emissão da 1ª série de CRIs. Conforme Art.40 da Resolução CVM nº 60/2022, houve mudança na estrutura de nomenclatura correspondente a um instrumento de emissão. Sendo assim, um determinado patrimônio separado, devendo a companhia securitizadora vincular todas as classes e séries da emissão ao mesmo instrumento de emissão. Cada emissão deve ser numerada de forma sequencial, assim como cada série da mesma classe.

Todos os Certificados de Recebíveis Imobiliários ativos até a data de vigência da norma estão incorporados na primeira emissão e denominados como séries, ou seja, a 1ª emissão contém 34 séries. Atualmente a Companhia detém 34 (trinta e quatro) séries de CRIs da 1ª emissão, no montante total de R\$ 2.193.721, e após a nova norma, foram emitidas 48 (quarenta e oito) novas emissões, totalizando 78 (Setenta e oito) séries de CRIs ativos, no montante total de R\$ 4.731.891.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou 27 (vinte e sete) emissões, no montante total de R\$ 1.852.213.

Patrimônio Separado

Emissões lastreadas em direitos creditórios imobiliários, emitidas de forma escritural, de emissão exclusiva de companhia securitizadora, de livre negociação, e constituem promessa de pagamento em dinheiro, preserva a possibilidade de dação em pagamento e título executivo extrajudicial, representativas de direitos creditórios imobiliários decorrentes dos contratos de compra e venda, vinculados em regime fiduciário para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

a. Declaração de conformidade
As informações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas para sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2026.

b. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas considerando o histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações financeiras, exceto as demonstrações do fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas e preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Todas as informações financeiras apresentadas em real (R\$) foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Julgamento, estimativas e premissas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: (i) valor justo dos ativos financeiros; (ii) mensuração para perda ao valor recuperável dos ativos; e (iii) premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos na mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultam no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundo disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicação financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

f. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

g. Ativos intangíveis
Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil do ativo capitalizado foi estimada em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Taxa - %
Equipamentos de informática 20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso 10%
Sistema de transporte 20%

g. Ativos intangíveis
Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil do ativo capitalizado foi estimada em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software 20% e 25%

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Notas	2025	2024
Receita de serviços prestados líquida		4.588	4.560
(-) Impostos sobre serviços		(520)	(584)
Receita Operacional Líquida	13	4.068	3.976
Despesas com pessoal	14	(1.922)	(1.944)
Despesas administrativas	14	(1.152)	(1.755)
Despesas com depreciação	14	(8)	(61)
Despesas tributárias	14	(24)	(536)
Outras despesas/receitas		382	222
		1.344	(98)
Receita financeira	15	1.426	2.812
Receitas financeiras líquidas		1.426	2.812
Resultado antes dos impostos		2.770	2.714
Imposto de renda e contribuição social	16	(887)	(678)
Corrente		(918)	(900)
Diferido		31	222
Lucro líquido do exercício	12.e	1.883	2.036
Resultado por ação	12.e		
Resultado por ação - básico (em R\$)		0,5021	0,5429
Resultado por ação - diluído (em R\$)		0,5021	0,5429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.883	2.036
Outros resultados abrangentes	38	(210)
Marcação a mercado - mudança VJORA	58	(318)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(20)	108
Resultado abrangente total	1.921	1.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa indireto - exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Resultado do exercício		1.883	2.036
Ajuste para:			
Depreciações e amortizações	14	8	61
Despesas com imposto de renda e contribuição social	16	918	900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(31)	(222)
Provisão para contingências fiscais		-	524
Variações dos ativos e obrigações			
(Aumento)/ redução de ativos		(1.349)	(1.723)
Aplicações financeiras		(167)	134
Serviços prestados a receber		187	(664)
Adiantamentos diversos		(134)	(399)
Despesas antecipadas		-	26
Aumento (redução) de passivos		92	505
Obrigações estatutárias		(176)	141
Fornecedores		(2)	(483)
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.064)	254
Obrigações fiscais		485	37
Rendas Antecipadas		-	1
Outros passivos		(240)	(215)
Impostos pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		410	913
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		410	913
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	442	93
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	852	442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável. Consideram-se ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

n. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição, quando aplicável.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada de ações em circulação, acessada dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são consideradas ações potenciais.

Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrerem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das informações financeiras, os cálculos por ação das informações financeiras são baseados no novo número de ações.

o. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

p. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q. Novas normas e interpretações

Em 2025, a CVM editou e divulgou novas resoluções, conforme listadas a seguir, mas que ainda não entraram em vigor para a referida data-base e demonstração financeira da Companhia:

- Resolução CVM nº 226, de 6 de março de 2025: Altera as Resoluções CVM nº 17, 60, 80, 88 e 160.
- Resolução CVM nº 237, de 23 de dezembro de 2025: Aprova o Pronunciamentos Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.
- Resolução CVM nº 238, de 23 de dezembro de 2025: Aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51; e Lei nº 15.270/2025 - Altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física e da tributação sobre lucros e dividendos, instituindo a tributação sobre a distribuição de dividendos e a criação de regime de tributação mínima para pessoas físicas de alta renda, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Com relação à Reforma Tributária, a Companhia segue acompanhando e monitorando seus possíveis impactos, conduzindo análises nas questões de aumento da carga tributária e estrutura operacional. Em se tratando das edições e publicações da CVM, a Companhia analisou as normas mencionadas acima, e não identificou impactos na sua política operacional e contábil.

3 Gestão de risco

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a. Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de baixo risco, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b. Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os seus compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia não possui cobrança nas emissões de recebíveis realizados, dessa forma, o risco se torna minimizado e referente às prestações de serviços sobre a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outro título.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da Companhia honrar seus compromissos de curto prazo.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade de seus ativos, e do controle do risco adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

d. Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Aplicação financeira (i)	852	442
Total	852	442

(i) A aplicação financeira é uma aplicação automática do saldo em conta corrente, com liquidez imediata.

5 Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	2025	2024
Ativos financeiros		
Aplicações em operações interfinanceiras (i)	6.121	4.290
Certificado de recebíveis imobiliários	3.474	3.918
Total de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.595	8.208

(i) A aplicação financeira é uma aplicação automática do saldo em conta corrente, com liquidez imediata.

(i) Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado

Os saldos classificados como aplicações, são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. O custo e ajuste ao valor justo são demonstrados na tabela a seguir:

	Indexador	2025		2024	
		Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo	Ajuste ao valor justo (no resultado)
Certificado de Depósitos Bancários	110% Índice DI	6.121	-	6.121	-
Total		6.121	-	6.121	-

(ii) Certificados Recebíveis

A Companhia possui cotas de Certificados Recebíveis Imobiliários, conforme demonstrado a seguir:

	Indexador	2025		2024	
		Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo	Ajuste ao valor justo (no resultado)
Certificado de Depósitos Bancários	110% Índice DI	4.290	-	4.290	-
Total		4.290	-	4.290	-

(iii) Certificados Recebíveis

A Companhia possui cotas de Certificados Recebíveis Imobiliários, conforme demonstrado a seguir:

	Indexador	2025		2024	
		Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo	Ajuste ao valor justo (no resultado)
Certificados Recebíveis Imobiliário	110% Índice DI	3.474	-	3.474	-
Total		3.474	-	3.474	-

(iii) Apresentação dos ativos financeiros por faixa de vencimento

Faixa de vencimento	Ativos financeiros 2025		Ativos financeiros 2024	
	Valor	Índice	Valor	Índice
Acima de 1 ano (a)				
Certificado de Depósitos Bancários	6.121	110%	4.290	110%
Certificados Recebíveis Imobiliário	3.474	110%	3.918	110%
Total	9.595		8.208	

(a) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 6.121 (R\$ 4.290 em dezembro de 2024).

6 Serviços prestados e provisão para perda esperada

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 336 refere-se a taxas de administração sobre os CRIs (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2024). Na análise da Administração que levou em consideração o histórico de pagamentos e a capacidade de liquidação da contraparte, não houve provisionamento em 31 de dezembro de 2025;

	2025	2024
Contas a receber	336	169
Total	336	169

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024:

Vencidas	2025	2024
Até 30 dias	25	-
31 a 60 dias	-	31
61 a 90 dias	-	4
Total vencidas	25	35
A vencer em 30 dias	311	134
Total a receber	336	169

A movimentação da provisão para perda esperada está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do período	-	(16)
Recebimento / reversão	-	-
Saldo no final do período	-	16

7 Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos e antecipações salariais	7	1
Adiantamentos sobre a estruturação dos CRIs	493	686
Total de adiantamentos	500	687

8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar refletem o atual regime de apuração desses tributos e são realizados por meio da compensação com as obrigações advindas das operações próprias.

	2025	2024
Impostos a compensar (a)	2.027	2.190
Impostos a compensar - IRPJ/CSLL (b)	3.227	2.671
Total de impostos a recuperar	5.254	4.861
Circulante	1.969	2.190
Não Circulante	3.285	2.671

(a) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras.

(b) A Companhia entrou com o pedido de restituição destes créditos perante a receita federal, o qual está em andamento, tendo prazo legal de até 5 anos.

9 Mobilizado e Intangível

Descrição	Taxas de depreciação e amortização (%)	01/01/2025			31/12/2025		
		Adições	Baixas	Depreciação e amortização	Adições	Baixas	Depreciação e amortização
Móveis e equipamentos	10% e 20%	20	-	(7)	13	-	1
Veículos	20%	1	-	-	-	-	-
Intangível	20%	-	-	(1)	-	-	-
Total		22	-	(8)	14	-	1

Descrição	Taxas de depreciação e amortização (%)	01/01/2024			31/12/2024		
		Adições	Baixas	Depreciação e amortização	Adições	Baixas	Depreciação e amortização
Móveis e equipamentos	10% e 20%	29	-	(9)	20	-	1
Veículos	20%	11	-	(10)	1	-	-
Intangível	20%	3	-	(2)	-	-	-
Total		43	-	(21)	22	-	1

10 Receita diferida

Refere-se a taxas de gestão anual dos CRIs, recebidas antecipadamente pelo agente financeiro, que são apropriadas ao resultado em 12 meses.

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro de 2025	944	2.451
Notas emitidas no período a diferir	-	(1.966)
Diferimento de receita no exercício	-	1.429
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	1.299

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024	691	1.929
Notas emitidas no período a diferir	-	(1.676)
Diferimento de receita no exercício	-	944
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	944

11 Outras obrigações diversas

	2025	2024
Circulante		
Provisão para pagamentos de fornecedores	161	263
Valores a pagar a sociedade ligadas	-	42
Credores diversos (a)	103	293
Honorários Auditoria	158	168
Total	422	598

Não Circulante

	2025	2024
Provisão para contingência fiscal (nota 20)	718	718
Total	718	718

(a) Refere-se a recebimentos antecipados.

12 Patrimônio líquido

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sendo o montante da despesa incorrida reclassificada da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros.

Em decorrência da vigência da Lei nº 15.270/2025, que alterou a tributação aplicável à distribuição de lucros e dividendos, a Companhia destacou, no exercício, o saldo das reservas de lucros, inclusive o lucro do exercício de 2025, para a rubrica de Dividendos a Receber.

Em atendimento a referida Lei, a Cia distribuiu dividendos a serem pagos até 2028, no montante de R\$ 7.272, contemplado na AGE datada em 30 de janeiro de 2026, rerratificando e retificando a AGE realizada em 17 de dezembro de 2025.

	Ações	%	R\$
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A	3.712.500	99,00	3.713
Evaldo Leandro Perussolo	87.500	1,00	87
Total	3.750.000	100,00	3.750

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, será aplicado 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva especial

A reserva estatutária refere-se à reserva especial para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e é formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sendo o montante da despesa incorrida reclassificada da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros.

Em decorrência da vigência da Lei nº 15.270/2025, que alterou a tributação aplicável à distribuição de lucros e dividendos, a Companhia destacou, no exercício, o saldo das reservas de lucros, inclusive o lucro do exercício de 2025, para a rubrica de Dividendos a Receber.

Em atendimento a referida Lei, a Cia distribuiu dividendos a serem pagos até 2028, no montante de R\$ 7.272, contemplado na AGE datada em 30 de janeiro de 2026, rerratificando e retificando a AGE realizada em 17 de dezembro de 2025.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.883	2.036
Ações ordinárias ponderadas em circulação (milhares)	3.750	3.750
Total	0.5021	0.5429

13 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita de prestação de serviços (a)	4.232	3.794
Assessoria (b)	-	197
Outros	356	569
Total	4.588	4.560

Provisão liquidação devedores duvidosos

	2025	2024
Impostos (PIS, COFINS e ISS)	(520)	(584)
Total	4.068	3.976

(a) Refere-se à taxa de gestão, estruturação e emissão dos CRIs. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluiu receita na estruturação de cessões de operações de crédito com lastros.

(b) A Companhia auferiu receita com a prestação de serviços de assessoria com monitoramento de recebíveis nas empresas ligadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 0 (R\$ 197 em 2024).

14 Despesas operacionais por natureza

	2025	2024
Salários e benefícios	(1	

20 Certificados de recebíveis imobiliários
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía os seguintes certificados de recebíveis imobiliários ativos:

Seq.	Código IF	Série	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data de vencimento
1	1310034539	1	1	15/12/2013	32.673.891,00	15/09/2028
2	1410190559	16	1	23/12/2014	70.000.000,00	15/12/2033
3	14K0202980	18	1	26/11/2014	115.144.376,00	05/11/2026
4	15A0565059	26	1	28/01/2015	123.118.612,80	05/01/2027
5	15D01143526	30	1	25/03/2015	37.782.051,04	15/02/2027
6	15D05161293	30	1	22/04/2015	37.500.000,00	15/04/2027
7	15E0116874	48	1	27/05/2015	74.400.000,00	05/05/2030
8	15E0116640	49	1	27/05/2015	51.691.729,83	05/05/2027
9	17B01174140	52	1	17/02/2017	3.927.666,97	18/08/2031
10	1710000002	63	1	10/09/2017	1.202.435,10	10/04/2031
11	1910840477	75	1	23/12/2019	56.472.000,00	12/01/2030
12	20E0031084	79	1	27/05/2020	131.755.987,66	10/05/2035
13	20E0929816	80	1	01/07/2020	75.929.470,04	18/01/2044
14	20E0689710	82	1	26/06/2020	216.443.529,37	10/06/2035
15	20G0703083	83	1	22/07/2020	207.343.333,83	10/07/2035
16	20G0703191	84	1	22/07/2020	99.823.272,45	10/07/2035
17	20H0695880	85	1	28/08/2020	156.144.665,03	10/08/2035
18	21C0641790	88	1	31/03/2021	83.747.226,14	26/02/2029
19	21D0521612	89	1	28/04/2021	35.256.338,75	10/02/2041
20	21E0521769	90	1	28/04/2021	3.917.370,97	10/02/2041
21	21F0929727	91	1	30/06/2021	24.730.773,15	25/03/2038
22	21F0930158	92	1	30/06/2021	4.364.243,50	25/03/2038
23	21I027341	93	1	24/09/2021	158.796.972,66	10/09/2041
24	21H0710120	94	1	26/08/2021	38.636.603,91	10/02/2035
25	21H0710156	95	1	26/08/2021	36.507.452,92	10/07/2040
26	21K0665223	98	1	24/11/2021	126.054.114,57	10/11/2041
27	22C0750182	99	1	18/03/2022	55.000.000,00	06/04/2032
28	22C0899517	103	1	23/03/2022	27.462.186,05	10/03/2041
29	22C0899519	104	1	23/03/2022	3.051.354,00	10/03/2041
30	22K0643283	109	1	11/11/2022	13.628.733,64	18/02/2041
31	22K0643973	111	1	11/11/2022	19.609.862,25	10/05/2040
32	22K1045233	112	1	25/11/2022	18.290.473,39	10/05/2038
33	22K1045039	113	1	25/11/2022	16.762.173,17	25/03/2038
34	23H1578104	114	1	30/08/2023	37.552.119,86	25/10/2035
35	22C1008669	1	7	22/07/2022	23.750.000,00	24/03/2027
36	2210001401	2	7	01/12/2022	12.000.000,00	24/03/2027
37	230000201	3	7	01/03/2023	12.000.000,00	24/03/2027
38	2310000201	4	7	01/10/2023	12.500.000,00	24/03/2027
39	22H1104501	1	8	17/08/2022	142.605.321,00	26/08/2027
40	22I0099580	1	12	02/09/2022	28.768.352,22	10/03/2043
41	22I0099590	2	12	02/09/2022	1.588.241,79	10/03/2043
42	22I0099595	3	12	02/09/2022	1.588.241,79	10/03/2043
43	2210070897	1	11	05/10/2022	39.282.263,91	17/07/2036
44	2211202592	1	13	29/10/2022	32.375.823,01	10/12/2037
45	2211206765	1	6	25/10/2022	15.040.792,88	20/10/2031
46	2211607893	1	15	26/12/2022	87.500.000,00	16/01/2030
47	2211564926	1	16	30/12/2022	8.983.673,57	25/03/2033
48	2211565004	2	16	30/12/2022	10.267.055,51	25/03/2033
49	2211565064	3	16	30/12/2022	6.416.909,69	25/03/2033
50	23A1253566	1	17	27/01/2023	37.235.950,15	18/02/2032
51	23B0508037	1	10	17/02/2023	31.005.012,80	10/05/2043
52	23B0508074	2	10	17/02/2023	1.726.945,16	10/05/2043
53	23B0509673	3	10	17/02/2023	1.726.945,16	10/05/2043
54	23D1175169	1	18	12/04/2023	48.368.000,00	25/05/2043
55	23E1241818	2	18	09/06/2023	29.324.430,36	25/05/2043
56	23H1234723	1	24	18/08/2023	17.105.000,00	15/04/2031
57	23H1539646	1	21	15/08/2023	60.126.000,00	15/08/2041
58	24A2246360	2	21	19/01/2024	116.256.000,00	15/01/2042
59	24B0013801	1	25	23/02/2024	108.279.685,27	18/02/2028
60	24B1276213	1	27	09/02/2024	64.075.165,13	14/02/2039

61	24B1276266	2	27	09/02/2024	49.042.549,89	14/02/2039
62	24B1276268	3	27	09/02/2024	82.514.310,52	14/02/2039
63	24C1683601	1	29	18/03/2024	105.000.000,00	17/03/2031
64	24I1177541	1	30	01/10/2024	45.300.322,46	25/10/2044
65	24C1924689	1	32	07/10/2024	8.734.528,72	25/10/2044
66	24D0480929	1	33	10/04/2024	78.170.204,00	25/05/2043
67	24D0480929	1	33	10/04/2024	49.667.198,19	25/05/2043
68	24I1768824	1	34	23/09/2024	75.000.000,00	18/09/2034
69	24K0003601	1	35	18/11/2024	120.000.000,00	26/11/2027
70	24J2248382	1	36	18/10/2024	175.626.673,07	10/10/2039
71	24J2248383	2	36	18/10/2024	48.849.419,09	09/09/2039
72	24K0003803	1	37	04/11/2024	102.829.305,79	10/11/2039
73	23K3894902	1	39	30/10/2024	27.000.000,00	17/12/2037
74	24L0003403	1	40	03/12/2024	82.663.943,07	08/12/2039
75	24K2132148	1	41	29/11/2024	25.447.786,38	14/10/2039
76	24K2132150	2	41	29/11/2024	2.544.778,64	14/10/2039
77	24K2132152	3	41	29/11/2024	2.544.778,64	14/10/2039
78	24L1252219	1	42	02/12/2024	51.500.000,00	12/12/2029
79	24I2170982	1	43	13/12/2024	250.000.000,00	24/12/2031
80	24L0004424	1	46	05/12/2024	75.000.000,00	26/11/2027
81	24L1853110	1	47	10/12/2024	434.546.000,00	09/04/2035
82	25C3830805	1	49	24/03/2025	140.000.000,00	28/03/2035
83	25C3830957	2	49	24/03/2025	60.000.000,00	25/03/2037
84	25C3917302	4	41	26/03/2024	25.915.920,64	14/10/2039
85	25C3917323	5	41	26/03/2024	2.591.592,06	14/10/2039
86	25C3917341	6	41	26/03/2024	2.591.592,06	14/10/2039
87	24I3368837	1	48	30/12/2024	63.000.000,00	24/12/2031
88	25B2783292	1	45	19/02/2025	170.588.362,47	10/01/2039
89	25F1530516	1	50	13/06/2025	48.000.000,00	29/05/2035
90	25F2094673	1	51	13/06/2025	102.500.000,00	06/09/2035
91	25I0814514	7	41	11/09/2025	28.159.754,63	14/10/2039
92	25I0951607	8	41	11/09/2025	2.815.975,46	14/10/2039
93	25I0968297	9	41	11/09/2025	2.815.975,46	14/10/2039
94	25I2439595	1	52	11/09/2025	110.000.000,00	26/08/2030
95	25H3737311	1	53	28/08/2025	63.000.000,00	25/10/2040
96	25I1459112	2	53	28/08/2025	20.000.000,00	25/10/2040
97	25H3737685	2	54	28/08/2025	30.000.000,00	26/04/2038
98	25H3737686	2	54	28/08/2025	10.500.000,00	26/04/2038
99	25H5087307	1	56	12/08/2025	40.000.000,00	17/08/2029
100	25H5114330	2	56	12/08/2025	20.000.000,00	17/08/2029
101	25H5114337	3	56	12/08/2025	10.000.000,00	17/08/2029
102	25I1899772	1	57	16/09/2025	22.500.000,00	20/09/2033
103	25I2145991	1	57	16/09/2025	5.500.000,00	20/09/2033
104	25I2146123	3	57	16/09/2025	4.000.000,00	20/09/2033
105	24K1685332	1	60	08/11/2024	30.000.000,00	24/11/2027
106	25I10461575	1	62	04/12/2025	22.625.000,00	29/11/2027
107	25J4157736	1	63	23/10/2025	60.000.000,00	20/10/2032
108	25K3391487	1	64	26/11/2025	60.000.000,00	23/11/2029
109	25I2402882	1	65	15/12/2025	358.010.000,00	15/12/2028
110	25I23931022	1	66	29/12/2025	170.000.000,00	07/01/2035
111	25I2393113	1	68	19/02/2026	199.905.000,00	08/11/2045
112	24L6037789	1	70	23/12/2025	126.122.962,50	14/11/2045

21 Instrumentos financeiros
a. Análise de sensibilidade
Para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração foi realizada a análise de sensibilidade, observando os seguintes percentuais de deterioração considerados na avaliação dos cenários:
(i) Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial;
(ii) Considera a aplicação de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (tanto de crescimento quanto de queda); e
(iii) Considera a aplicação de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (tanto de crescimento quanto de queda).
O cenário a seguir demonstra a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgados pela CETIP para o mês de dezembro de 2025, considerando para efeito líquido dessa análise, o prazo de 12 meses, e para as operações indexadas pelo IPCA, o índice divulgado em dezembro de 2025.

Operação	Risco de variação em: Índice DI IPCA	Valor Exposto em 31/12/2025	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Alta nas taxas pós-fixadas	Alta nas taxas pós-fixadas	Alta nas taxas pós-fixadas
Aplicações financeiras CDB		6.121	1%	25%	50%
Certificados Recebíveis Imobiliário		3.474	927	1.148	1.377
Efeito líquido no resultado			1.076	1.333	1.599

Cenário I Cenário II Cenário III
Queda nas taxas pós-fixadas

Operação	Risco de variação em: Índice DI IPCA	Valor Exposto em 31/12/2024	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Alta nas taxas pós-fixadas	Alta nas taxas pós-fixadas	Alta nas taxas pós-fixadas
Aplicações financeiras CDB		6.121	1%	25%	50%
Certificados Recebíveis Imobiliário		3.474	(927)	(1.148)	(1.377)
Efeito líquido no resultado			(1.076)	(1.333)	(1.599)

Limitações da análise de sensibilidade
Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e altamente controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.
Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

a. Hierarquia do valor justo
A tabela adiante apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:
• **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
• **Nível 2** – “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
• **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2025	Nível 2	Total
Aplicações em operações interfinanceiras	6.121	6.121
Certificado de recebíveis imobiliários	3.474	3.474
Total	9.595	9.595
Em 31 de dezembro de 2024	Nível 2	Total
Aplicações em operações interfinanceiras	4.290	4.290
Certificado de recebíveis imobiliários	3.918	3.918
Total	8.208	8.208

22 Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as informações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as informações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes

Documento final gerado em 30/03/2026 09:36:36

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: d3fe0f1c18c976ca2891d57d9f7b9b6322e2e184cb2ba075e5cc29015afd4c59



Assinatura

Assinado em: 30/03/2026 09:36:41

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: eec18571f8bc68ae97ee8f4fa2602956



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.2.12	-25.442399345404 , -49.255823135527	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fospar S.A.
Com capacidade de produção de 500 mil toneladas de superfosfato simples por ano, a Fospar S.A. ("Companhia" ou "Fospar") está localizada em Paranaguá (PR). A Companhia possui um moderno terminal portuário que contribui para as importações do agronegócio e é especializado no recebimento de fertilizantes a granel. Controlada pela Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. ("Mosaic"), e tendo como sócia a Fertipar Fertilizantes do Paraná LTDA. ("Fertipar"), a Fospar iniciou suas operações em 1974 e atualmente conta com cerca de 258 funcionários. Possui ainda dois armazéns com capacidade total para 105 mil toneladas de produtos por ano e um pátio de estacionamento para mais de 100 caminhões. Juntas, Mosaic e Fospar investem continuamente na região, fazendo com que o terminal e as unidades de produção contem com os mais avançados recursos tecnológicos. A Fospar tem profissionais capacitados e dedicados, que atuam em um ambiente de trabalho que zela pela segurança e respeito ao meio ambiente. Comprometidas com o crescimento e o fortalecimento das relações comerciais, Mosaic e Fospar investiram em um projeto inovador de expansão do terminal portuário nos últimos anos. Em 2023, a Fospar ampliou as estruturas dos berços externo e interno do seu terminal, que passaram de 12,3 para 13,1 metros e de 10,5 para 11 metros para manobras diurnas, respectivamente. Com esse investimento, passa a receber navios com até 80 mil toneladas de capacidade.

Ética
O relacionamento da Fospar com seus públicos de contato - entre eles fornecedores, funcionários, clientes, comunidades, jornalistas, acionistas, prestadores de serviços, órgãos públicos, instituições acadêmicas e concorrência - é regido pelas práticas de conduta e pelo código de ética de sua controladora, a Mosaic. Os princípios sustentados no código refletem valores como honestidade, integridade e respeito na condução dos negócios.

Atividades Portuárias
Em um único mês, de 8 a 10 navios passam pela Fospar. As embarcações transportam, em média, 50 mil toneladas de fertilizantes e levam de três a cinco dias para descarregar. O terminal da Companhia iniciou suas operações em 2001, possui um robusto pier com dois berços de atracação de navios que podem funcionar simultaneamente e é capaz de receber navios até o porte Panamax, com comprimento de até 260 metros, além de contar com um moderno sistema logístico-operacional que permite um fácil e otimizado planejamento de carregamento de cargas.

Desempenho Ambiental, Social e Governança (ESG)
A Fospar tem o compromisso de preservar o meio ambiente e trabalhar para assegurar a saúde e a segurança de funcionários, contratados, clientes e comunidades.

A responsabilidade social faz parte da maneira de atuar da Fospar e da Mosaic. As operações das duas empresas geram oportunidades de desenvolvimento local em Paranaguá. Assim, empresas e comunidade atuam juntas, vencendo desafios e promovendo um crescimento sustentável e compartilhado por todos.

A Fospar possui um sistema de gestão em saúde, segurança e meio ambiente, bem como qualidade dos produtos expedidos. Este sistema é auditado anualmente para garantir a evolução no principais pilares e requisitos de todas as partes interessadas.

Qualidade
A Fospar busca a satisfação dos clientes, adotando práticas de melhoria contínua em seus processos e valorizando os funcionários na produção de fertilizantes e na prestação de serviços portuários.

A Companhia possui, também, uma política da qualidade própria, que atende os requisitos legais e do cliente, e conta com os procedimentos estabelecidos no sistema de gestão da qualidade. Juntas, Fospar e Mosaic beneficiaram mais de 10 mil pessoas em 2025 por meio de suas iniciativas socioambientais. Dentre as ações, foi realizada uma ampla campanha de arrecadação de alimentos, mobilizando voluntários da região. Ao todo, foram coletadas 13,5 toneladas e doadas 27 toneladas de alimentos, beneficiando 24 instituições e comunidades, com impacto estimado em cerca de 8,3 mil pessoas.

Outro destaque foi o lançamento do Horta Educa, programa voltado à promoção da alimentação saudável. Foram realizadas seis capacitações com a comunidade escolar e a implantação de duas hortas sensoriais acessíveis nas escolas municipais Hugo Pereira Correia e Eva Tereza Amarante Cavani.

O Programa de Educação Ambiental e Cidadania (PEAC), por sua vez, promoveu 28 atividades educativas voltadas a comunidades, funcionários e terceiros, somando 600 participações no período. Também foi realizado o Curso de Beneficiamento e Culinária de Pescados no bairro Beira Rio. Como resultado, 12 famílias que vivem da pesca foram capacitadas, o que contribuiu para ampliar as oportunidades de geração de renda.

No eixo de sustentabilidade, o projeto da Associação dos Usuários do Sistema de Abastecimento de Água da Colônia Maria Luiza (ASA) foi selecionado novamente pelo Edital da Água e beneficiou 1,1 mil pessoas por meio de atividades educativas a favor da preservação dos recursos hídricos, bem como ampliou a rede de abastecimento de quatro comunidades rurais.

O Programa Voluntários registrou 654 horas de trabalho dedicadas a seis ações e campanhas ao longo do ano, beneficiando 28 instituições. Por meio do Desafio Todos Juntos, nossos

voluntários promoveram melhorias em espaços de acolhimento, como a manutenção do salão principal e a implantação de uma sala de jogos no Asilo São Vicente de Paulo, além da reforma da sala de fisioterapia do Asilo Perseverança, com a aquisição de novos equipamentos.

A Economia e o Mercado Agronegócio

O PIB do agronegócio fechou o ano de 2024 em 23,2%. Para 2025, o cenário foi de ainda maior importância para a economia brasileira, com uma estimativa atual do setor do agronegócio representando 29,4% do PIB nacional, ainda que o setor tenha passado por um ano conturbado, a safra recorde impulsionou os números. Embora o ano tenha sido marcado por queda nos preços das commodities e um cenário difícil globalmente, com muitos embates geopolíticos, as exportações brasileiras, principalmente de milho, soja e pecuária, atingiram recordes históricos, marcados principalmente pelo apetite chinês por produtos brasileiros. Quando olhamos o resultado completo, vemos a contribuição da pecuária bovina, com aumento de abates e preços favoráveis, e três culturas agrícolas, que possuem maior peso no PIB agro, que são: soja, milho e laranja.

Liderada pela soja, a produção nacional de grãos vem crescendo a taxas elevadas nos últimos anos. De acordo com os registros da Conab, saímos de 260 milhões de produção de grãos na safra 2021/2022, para uma expectativa de produção de 353 milhões de toneladas na safra 2025/2026, um novo recorde para o setor. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram um recorde de US\$ 169,2 bilhões em 2025, tornando o agronegócio responsável por 48,5% do total exportado pelo país no ano. O aumento de cerca de 4% no volume exportado compensou uma leve queda nos preços médios internacionais (0,6%).

Os dez principais produtos exportados do agronegócio brasileiro em 2025 foram soja em grãos (US\$ 43,5 bilhões); carne bovina in natura (US\$ 16,6 bilhões); café verde (US\$ 14,9 bilhões); açúcar de cana (US\$ 12,1 bilhões); celulose (US\$ 10,2 bilhões); carne de frango in natura (US\$ 8,6 bilhões); milho (US\$ 8,5 bilhões); farelo de soja (US\$ 7,92 bilhões); algodão não cardado nem penteado (US\$ 4,9 bilhões); carne suína in natura (US\$ 3,4 bilhões). Juntos, estes setores responderam por 77,2% do total embarcado pelo agronegócio no último ano, somando US\$ 130,62 bilhões.

Entre os destinos, a China se manteve como a principal importadora de produtos do agronegócio brasileiro no ano passado, com US\$ 55,3 bilhões comercializados ao país asiático, 32,7% das exportações do setor, 11% mais que em 2024. Na sequência, está a União Europeia, com US\$ 25,2 bilhões exportados, 14,9% do total, 8,6% mais que em 2024, e Estados Unidos, com US\$ 11,4 bilhões, 6,7% do total e 5,6% menos que no ano anterior. Ao longo do último ano, também cresceram as exportações de produtos agropecuários brasileiros para Paquistão, Argentina, Filipinas, Bangladesh, Reino Unido e México.

Fertilizantes
O mercado brasileiro em 2025 consumiu 49,1 milhões de toneladas de fertilizantes, contra 45,6 milhões de toneladas em 2024, ou seja, um crescimento de mercado de cerca de 7%, movimento impulsionado principalmente pela mudança do comportamento de compra dos produtores, que fizeram trocas de produtos de maior concentração por produtos de menor concentração, demandando, portanto, um maior volume.

Desempenho Operacional
A Fospar é uma joint venture entre a Mosaic (62%) e a Fertipar (38%), consistindo em ativos que incluem um terminal portuário e uma planta de produção de SSP, localizada em Paranaguá (Estado do Paraná), um dos maiores polos de fertilizantes do país.

Terminal - Volumes e Eficiência
Terminal Portuário

- Descarga, armazenagem e expedição de fertilizantes (modal rodoviário e ferroviário)
- A Fospar cobra uma tarifa pela prestação dessas atividades (Mosaic, Fertipar e terceiros)
- Principais produtos descarregados: potássio, rocha fosfática, fertilizantes fosfatados e fertilizantes nitrogenados
- Volume médio anual movimentado: ~3,5 M/ano



A Fospar cobra dos clientes uma taxa pela descarga de fertilizantes, bem como cobra da Mosaic e da Fertipar uma taxa de produção pela fabricação de SSP.

Fospar - Desempenho de 2025 vs. ano anterior

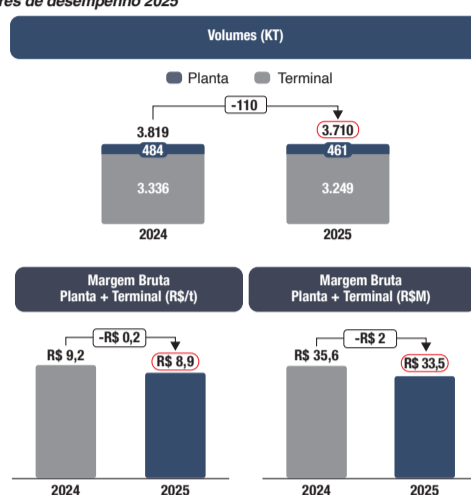
Volumes (kt)

Terminal
Desempenho operacional afetado por navios com cargas de difícil manuseio, lacunas de atracação por motivos externos e manutenções corretivas acima da média nos guindastes e moegas do pier.

Planta
Os volumes de produção ficaram abaixo do ano anterior em função de manutenções corretivas acima do esperado.

Margem Bruta (R\$/t e R\$ milhões)
A margem bruta por tonelada em 2025 manteve-se consistente em relação ao ano anterior. Entretanto, os menores volumes de movimentação e produção resultaram em uma redução da margem bruta em termos absolutos.

Indicadores de desempenho 2025



Equidade e Diversidade na Administração

A política de indicação de administradores considera critérios técnicos, experiência profissional, aderência às necessidades estratégicas da Companhia e, sempre que possível, aspectos de diversidade de gênero, raça e outros fatores de inclusão, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

Composição do Conselho de Administração
O Conselho de Administração da Fospar é composto por 6 membros efetivos, sendo 4 representantes da Fospar e 2 representantes da Fertipar, todos eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia era composto exclusivamente por membros do gênero masculino. No exercício social de 2024, a Companhia contou com 1 membro feminino ocupando posição no Conselho de Administração, o que corresponde a 17% de representatividade feminina em 2024.

Compromissos e Perspectivas
A Companhia mantém o compromisso de ampliar a diversidade em seus órgãos de administração e seguirá avaliando, nos próximos ciclos de sucessão e eleição, a inclusão de mulheres no Conselho de Administração, em consonância com a evolução regulatória, as expectativas do mercado e a disponibilidade de candidatas alinhadas ao perfil e às competências requeridas.

Perspectivas
Para as entregas em 2026, a expectativa é de um mercado andando de lado, com um certo viés de baixa. O momento é desafiador para o setor com relações de troca em patamares menos favoráveis e as margens dos produtores espremidas pelos juros altos. A situação do crédito para o setor também não traz alívio e deve continuar sendo um fator limitante para o mercado no ano.

As informações financeiras e operacionais apresentadas neste Relatório da Administração, que não fazem parte das demonstrações contábeis auditadas, foram preparadas pela Administração com base em registros internos e não estão sujeitas a auditoria independente. Consequentemente, tais informações não devem ser interpretadas como tendo sido examinadas ou asseguradas por auditores externos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo Circulante	Nota	2025	2024
Ativo circulante				Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.765	49.727	Fornecedores	14	37.266	24.313
Contas a receber de clientes	8	5.074	2.861	Passivos de Contratos	15	8.704	11.203
Estoques	9	11.219	9.383	Debêntures e mútuos	16	78.662	74.116
Impostos a recuperar	10	1.307	1.313	Passivos de arrendamento	19	12.236	1.621
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	174	379	Impostos e contribuições a recolher		4.673	4.177
Outros créditos		1.740	2.084	Imposto de renda e contribuição social a recolher		979	1.327
Total do ativo circulante		28.279	65.747	Provisão para férias e comissões a pagar		3.063	3.127
Ativo não circulante				Provisão ambiental	18	9.386	2.533
Realizável a longo prazo				Provisão gratificações a empregados		3.182	1.989
Estoques	9	5.186	6.032	Outras contas a pagar		5.583	5.837
Impostos a recuperar	10	27.986	23.735	Total do passivo circulante		163.734	130.243
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	3.952	5.646	Não circulante			
Depósitos judiciais	17	2.014	2.592	Debêntures e mútuos	16	73.790	122.763
Total do realizável a longo prazo		39.138	38.005	Passivos de arrendamento	19	25.518	10.611
Ativos de direito de uso	19	35.296	10.494	Provisão para contingências	17	11.367	10.058
Imobilizado	13	391.657	378.775	Provisão ambiental	18	4.044	14.230
Total do ativo não circulante		466.091	427.274	Outras contas a pagar		38	30
				Total do passivo não circulante		114.757	157.692
Total do ativo		494.370	493.021	Patrimônio líquido			
				Capital social	21	209.468	209.468
				Reserva de reavaliação	21	5.852	5.852
				Reserva de lucros	21	559	-
				Prejuízos acumulados		-	(10.234)
				Total do patrimônio líquido		215.879	205.086
				Total do passivo e patrimônio líquido		494.370	493.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2024	Capital social	Reserva de Avaliação	Reserva de lucros Para		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Investimentos		
	209.468	5.852	-	-	(10.349)	204.971
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	115	115
Saldos em 31 de dezembro de 2024	209.468	5.852	-	-	(10.234)	205.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.793	10.793
Constituição de reserva legal	-	-	559	-	(559)	-
Reserva de lucros para investimento	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	209.468	5.852	559	-	-	215.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fospar S.A. ("Fospar" ou "Companhia"), localizada na Rua Carlos Fonseca de Araújo, 375, Paranaguá - PR, tem por objeto social a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria ou de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privativo misto, inclusive a execução de operação portuária, na área de porto organizado, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (a armazenagem referida neste item não se enquadra ao Decreto nº 1.102/93). A fabricação, o comércio, a importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corretivos do solo e produtos correlatos; a representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras; a participação em outras sociedades, como sócia acionista ou quotista; a prestação de serviço de análise físico-química de fertilizantes; e prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como assistência especializada, comercial, industrial e serviços decorrentes de importação/exportação a outras sociedades nacionais e estrangeiras. Em 16 de novembro de 2016, o contrato de arrendamento portuário da Fospar foi renovado automaticamente por mais 25 anos, permitindo assim a atuação da Companhia no terminal até 2048.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia

elaborou suas demonstrações financeiras considerando o princípio de continuidade de suas atividades operacionais e divulgou todas as informações relevantes em suas notas explicativas, a fim de esclarecer e complementar as bases contábeis utilizadas. O princípio da continuidade operacional pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir com suas obrigações de pagamentos de curto prazo, dentre elas as debêntures, cujos prazos estão divulgados na Nota 16. Financiamentos e empréstimos: A Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 10.793 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (lucro líquido de R\$ 115 em 31 de dezembro de 2024), e, em 31 de dezembro de 2025, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 135.455 (R\$ 64.496 em 31 de dezembro de 2024). Contudo, parte substancial das prestações de serviços são prestadas com seus acionistas. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para seus acionistas, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, bem como o atendimento local de clientes estratégicos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro de seus acionistas, os quais estão comprometidos a continuar permitindo a execução de seus planos de negócios. Durante o exercício de 2025, foram efetuados mútuos entre a Companhia e seus acionistas, exclusivamente para fins de obtenção de caixa para pagamento de debêntures, conforme demonstrado na Nota 16. Financiamentos e empréstimos: A receita da Companhia está essencialmente concentrada em vendas para Partes Relacionadas. Vide Nota 12 - Partes Relacionadas. **Autorização para emissão:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de março de 2026.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	23	231.380	225.350
Custos dos serviços prestados	24	(192.467)	(182.660)
Lucro bruto		38.913	42.690
Despesas administrativas e gerais	24	(4.971)	(3.078)
Outras receitas operacionais	25	4.948	1.206
Outras despesas operacionais	25	(3.115)	(17.169)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		35.775	23.649
Receitas financeiras	26	5.285	4.380
Despesas financeiras	26	(26.296)	(26.058)
Resultado financeiro líquido		(21.011)	(21.678)
Resultado antes dos impostos		14.764	1.971
Imposto de renda			
Corrente	11	(3.980)	(1.856)
Diferido	11	9	-
Lucro líquido do exercício		10.793	115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.793	115
Resultado abrangente	10.793	115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		10.793	115
Ajuste por:			
Depreciação	13	30.735	31.147
Depreciação de direito de uso	19	6.580	3.470
Custo residual de ativos imobilizados baixados		310	1.106
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	11	(9)	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	11	3.980	1.856
Variações monetárias e juros		-	22
Provisão para contingências	17	23.348	25.378
Provisão ambiental	18	2.506	(503)
Provisão trabalhista	18	(3.161)	16.763
Provisões trabalhistas		1.129	924
Provisões perdas tributárias	10	250	578
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(2.213)	10.903
Estoques	9	(990)	(604)
Impostos a recuperar	10	(5.250)	2.407
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.898	487
Depósitos judiciais	17b	578	(336)
Outros ativos		344	(306)
Fornecedores	14	1.605	(5.543)
Outras contas a pagar		(123)	4.173
Passivos de contratos	15	(2.499)	8.716
Pagamento de contingências e provisões ambientais	17 e 18	(1.369)	(3.707)
Fluxo de caixa líquido gerado atividades operacionais		68.441	97.046
Juros pagos sobre empréstimos tomados	16	(15.572)	(30.369)
Juros pagos sobre			



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota 10. Impostos a recuperar** - mensuração de não recuperabilidade futura para impostos a recuperar (ICMS); principal premissa na determinação da taxa de perda. **• Nota 11. Imposto de renda e contribuição social diferidos** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **• Nota 17. Provisão para contingências e Nota 18. Provisão ambiental** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências e ambientais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **b. Mensuração a valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme detalhado na seguinte nota explicativa: **• Nota 27. Instrumentos financeiros** - hierarquia de valor justo e classificação contábil.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi mensurado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** **Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e** **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** **Avaliação do modelo de negócios:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de serviços portuários e comercialização de fertilizantes. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é cobrar os valores devidos do contas a receber da Companhia e obter receita de juros contratuais sobre os valores cobrados. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: **• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).** **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia classificou e mensurou os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **Custo amortizado:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Ativos financeiros a VJR:** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado "VJR", os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No exercício de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. **(ii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **(iii) Mensuração subsequente: Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem recursos vinculados e contas a receber de clientes. **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024. **Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não teve nenhum passivo financeiro classificado ao valor justo pelo resultado em 2025 e 2024. **(iv) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c. Estoques:** Tratam-se principalmente de estoques de almoxarifado mensurados pelo valor de custo. A metodologia de custos dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Para itens sem previsão de movimentação ao prazo superior a um ano, é realizada reclassificação contábil para o ativo não circulante. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção periódicas do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado

na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis do exercício corrente e comparativo, estão descritos na nota explicativa 13.d. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados prospectivamente caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: (i) Dificuldades financeiras significativas do devedor; (ii) Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; (iii) Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; (iv) A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de perdas estimadas contra recebíveis. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros de longo prazo para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo, menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável e, quando aplicável, são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Planos de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários: (i) Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual da Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **(ii) Plano de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado prestado pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **(iii) Outros benefícios de longo prazo a empregados:** A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período. **(iv) Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retificar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos valores presentes. **g. Tributos sobre o lucro corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **h. Provisões:** As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no resultado do exercício. **(i) Provisão para contingências e passivos contingentes:** As provisões para contingências são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionalmente uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a posição dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais. Essas provisões são atualizadas periodicamente. Os passivos contingentes avaliados de possíveis riscos de perda são obrigações decorrentes de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não dentro do controle da Companhia, e não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. **(i) Provisão para danos ambientais:** Algumas obrigações podem ser originadas por penalidades ou custos para reparação de danos ambientais ilegais, com provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidação, independentemente das ações futuras da Companhia. Assim, reconhece-se uma provisão em virtude dos custos em que a Companhia é obrigada a incorrer por danos já causados, ou então vegetação já retirada para a colocação de equipamentos que depois serão retirados, entre outros aspectos. Podem ser causados danos ambientais, mas não haver obrigação para reparos. Porém, o fato de ter havido o dano torna-se um evento que cria obrigações quando uma nova lei vier a exigir que o dano existente seja retificado ou quando a Companhia publicamente aceita a responsabilidade pela retificação, criando uma obrigação não formalizada. Obrigação não formalizada: é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que: **• Por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a Companhia tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades. • Em consequência, a Companhia cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. Quando existe relação de dependência de ações futuras e a Companhia pode evitar os gastos futuros pelas suas próprias ações, a Companhia não tem nenhuma obrigação presente relativamente a esse gasto futuro e nenhuma provisão é reconhecida. i. Arrendamentos: (i) Ativos de direito de uso:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços

individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado o arrendamento ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que o do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. **(ii) Passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos, ao obter taxas de juros de várias fontes externas de financiamento, e realiza alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: **• Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **(iii) Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **j. Receita operacional líquida:** A receita operacional líquida compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia utiliza-se do modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receita de contratos com clientes, conforme Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens. No processo de prestação de serviços de industrialização, a Companhia firma contrato determinando, entre outras condições, o preço e obrigações de desempenho. A matéria-prima base para o serviço de industrialização pertence aos clientes. Uma vez finalizado o serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho, a Companhia emite as notas fiscais e reconhece a respectiva receita. Assim como no processo de industrialização, nos serviços de desativa a Companhia firma contrato determinando, entre outras condições, o preço e obrigações de desempenho. A Companhia emite as notas fiscais e concomitantemente reconhece a receita com base no manifesto de carga, tão logo o navio é atracado. Para os navios atracados ao final do mês, a Companhia monitora o serviço de desativa e reconhece a receita somente do material efetivamente descarregado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado, em função do cumprimento da obrigação de performance. **Receitas de contratos com clientes - Passivos de contratos:** Em determinados contratos firmados com clientes, a Companhia recebe contraprestações antecipadas ou futura valores antes da transferência do controle dos bens ou da prestação dos serviços acordados. Nesses casos, os montantes recebidos ou faturados são reconhecidos como passivos de contratos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Os passivos de contratos decorrem, principalmente, de adiantamentos recebidos de clientes relacionados a serviços de descarga, armazenagem, movimentação e expedição de fertilizantes, bem como a serviços de industrialização (produção de SSP), para os quais a Companhia ainda não satisfaz integralmente suas obrigações de desempenho na data-base. Os valores registrados como passivos de contratos são reconhecidos como receita à medida que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas, o que ocorre, em geral, de forma contínua ao longo da prestação dos serviços ou no momento da conclusão das atividades contratadas, conforme aplicável a cada tipo de contrato. Os adiantamentos recebidos de clientes ou partes relacionadas estão incluídos nos passivos de contratos de curto prazo e detalhados na Nota 15. Passivos de contratos e Nota 12. Partes Relacionadas. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre mútuos e debêntures. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.**

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

Novas normas e interpretações adotadas pela Companhia a partir de 01 de janeiro de 2025: A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2025: **• Ausência de conversibilidade - Alterações em CPC 02. R2:** As alterações criaram requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é conversível por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a ser utilizada conforme finalidades específicas e as divulgações associadas a cada caso. Nesse contexto, a conversibilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não é capaz de obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. Não houve impactos significativos da adoção da referida alteração normativa para o exercício de 31 de dezembro de 2025. **a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Adicionalmente, as normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia não adotou essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras: **• Classificação e mensuração de instrumentos financeiros - Alterações à CPC 48 e CPC 40.** As alterações estão relacionadas a uma opção de política contábil na baixa de passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento que atingem critério de quitação da obrigação, bem como inclui orientações adicionais sobre o critério SPPI ("somente pagamento de principal e juros") para fins de mensuração e divulgação de fluxo de caixa de empréstimos vinculados a metas ESG. Tais alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026 e não esperam-se impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **• Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras - CPC 51.** O CPC emitiu, em dezembro de 2025, o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements e que substituirá o CPC 26. R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e saldo em bancos	471	726
Aplicações financeiras	8.294	49.001
Total	8.765	49.727

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez. Elas são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e fundos de investimentos com remuneração baseada nestes instrumentos financeiros a taxas média ao redor de 97% do CDI em 2025 (87% do CDI em 2024), tendo como contraparte bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

continua ★



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Nota	2025	2024
Mercado interno		299	203
Partes relacionadas	12	4.775	2.658
Total		5.074	2.861

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores, por faixa de vencimento. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. A expectativa é de recebimento no curtíssimo prazo. Contas a receber de clientes por idade de vencimento estão dispostas abaixo:

Vencidas:	2025	2024
Até 30 dias	2.337	—
De 31 a 90 dias	—	16
De 91 a 180 dias	232	233
De 181 a 360 dias	—	—
Mais de 361 dias	—	34
Total vencidas	2.569	283
A vencer:		
Até 30 dias	2.505	2.578
Total a vencer	2.505	2.578

Na data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia possui constituída perdas estimadas de créditos, referente a um único cliente, cujo valor contábil é de R\$ 260 (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2024) e que encontra-se totalmente provisionado.

9. ESTOQUES

	2025	2024
Circulante		
Almoxarifado	11.219	9.383
Não circulante		
Almoxarifado	5.186	6.032

(i) No ano de 2025, a Companhia apresenta provisão para perda sobre o estoque de peças de almoxarifado que possuem baixo giro, no montante de R\$ 636 (R\$636 no ano de 2024). Esse valor encontra-se alocado dentro da rubrica de Almoxarifado, registrado no Ativo não circulante. O estoque da Companhia é formado por materiais de almoxarifado que são utilizados na manutenção dos equipamentos utilizados em suas prestações de serviços. Adicionalmente, a Companhia possui em seu poder os estoques a granel de fertilizantes, os quais são recebidos e industrializados, e, posteriormente, devolvidos. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2025, R\$31.766 (R\$19.115 em 31 de dezembro de 2024) de estoques de terceiros em seu poder. Estes estoques não são registrados no balanço da Companhia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Circulante		
PIS e COFINS não cumulativos (i)	1.221	1.313
ICMS	86	—
Total - Circulante	1.307	1.313
Não circulante		
ICMS	39.834	38.857
Provisão para deságio na realização dos créditos de ICMS	(19.595)	(19.845)
PIS e COFINS não cumulativos (i)	7.746	4.723
Total - Não circulante	27.986	23.735

(i) Créditos de PIS e COFINS registrados são decorrentes de operações de aquisição de ativo imobilizado e insuamos. Os montantes reconhecidos no não circulante são decorrentes somente de operações de aquisição de ativo imobilizado. A movimentação da provisão para perdas com deságio de ICMS está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(19.845)	(19.267)
Constituição de provisão no exercício	(64)	(1.458)
Reversão de provisão no exercício	314	880
Saldo no fim do exercício	(19.595)	(19.845)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos que os dão origem. O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos	Passivos	Líquido		
	2025	2024	2025	2024	
Prejuízo fiscal a compensar	648	1.472	—	648	1.472
Provisões para contingências	7.741	7.940	—	7.741	7.940
Outras provisões	11.360	10.578	—	11.360	10.578
Juros capitalizados	—	(5.185)	(5.440)	(5.185)	(5.440)
Ajuste decorrentes da Lei 11.638 (i)	—	(14.564)	(14.550)	(14.564)	(14.550)
Total	19.749	19.990	(19.749)	(19.990)	—

(i) Referente ao ajuste derivado da diferença entre a vida útil dos ativos imobilizados e a taxa fiscal de depreciação dos ativos, conforme CPC 27. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	2025	2024		
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízo Fiscal a Compensar	36.535	12.422	39.303	13.363
Total	36.535	12.422	39.303	13.363

Valores reconhecidos no resultado do exercício: A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social, nominal e efetiva pode ser demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	14.764	1.971
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social:

Pelas alíquotas fiscais vigentes (5.020) (670)

Adições permanentes:

Despesas não dedutíveis 108 15

Exclusões permanentes:

Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias (i) 941 (1.201)

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício (3.971) (1.833)

Imposto de renda e contribuição social

Corrente (3.980) (1.856)

Diferido 9 —

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício (3.971) (1.856)

Alíquota efetiva

(27)% (94)%

(i) A Administração, com base nos resultados da Companhia nos três últimos anos, não espera que seja realizado todo o prejuízo fiscal acumulado na compensação de imposto de renda no curto e médio prazos, sendo assim, em 31 de dezembro de 2025 não foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos para os quais não existe perspectiva de realização.

12. PARTES RELACIONADAS

A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. é controladora direta da Companhia com 62,06% de participação no Capital Social (vide Nota 21. Patrimônio líquido), sendo a controladora final da Companhia a *The Mosaic Company*. Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão demonstradas a seguir:

	Transações/Resultado valor da transação		Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.						
Clientes	—	—	1.692	987	—	—
Mútuo (iv)	—	—	—	—	45.787	28.812
Fornecedores	—	—	—	—	509	359
Adiantamento de partes relacionadas (v)	—	—	—	—	—	4
Receitas brutas de serviços (i)	115.000	131.487	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas (ii)	(1.349)	(1.226)	—	—	—	—
Despesas financeiras	(6.668)	(2.042)	—	—	—	—

	Transações/Resultado valor da transação		Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.						
Clientes	—	—	3.083	1.671	—	—
Mútuo (iv)	—	—	—	—	28.003	17.622
Adiantamento de partes relacionadas (v)	—	—	—	—	6.433	4.520
Receitas brutas de serviços (i)	80.826	74.664	—	—	—	—
Despesas financeiras	(4.078)	(1.250)	—	—	—	—
Totais consolidados						
Clientes	—	—	4.775	2.658	—	—
Mútuo (iv)	—	—	—	—	73.790	46.434
Fornecedores	—	—	—	—	509	359
Adiantamento de partes relacionadas (v)	—	—	—	—	6.433	4.524
Receitas brutas de serviços (i)	195.826	206.151	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas (ii)	(1.349)	(1.226)	—	—	—	—
Despesas financeiras	(10.746)	(3.292)	—	—	—	—

(i) As receitas de serviços com partes relacionadas referem-se a serviços de industrialização (Mosaic Fertilizantes do Brasil e Fertipar) e serviços de desestiva para todas as empresas. As receitas brutas de serviços da Companhia com seus acionistas, Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda., representam 66% do total do exercício de 2025 (70% em 2024). (ii) A Companhia não efetuou a compensação dos saldos com o saldo de contas a receber, por tratar-se de notas fiscais distintas. Os saldos de adiantamentos estão apresentados na Nota 15. Passivos de contratos. (iii) A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. efetua a prestação de alguns serviços administrativos e que posteriormente são rateados para a Fospar. (iv) A Companhia captou recursos através de mútuos para pagamento das debêntures (vide Nota 16. Financiamentos e empréstimos). **a. Remuneração do pessoal-chave da administração:** A Companhia obtém serviços de pessoal chave da administração que estão registrados na sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e na parte relacionada Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. A Companhia recebe os custos do pessoal-chave através de rateios, vide Nota 12. Partes Relacionadas (iii).

13. IMOBILIZADO

a. Composição do ativo imobilizado:

	2025		2024	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	330.068	(121.301)	208.767	217.069
Equipamentos e instalações	296.274	(162.486)	133.788	135.486
Computadores e periféricos	14.365	(8.600)	5.765	5.599
Móveis e utensílios	1.327	(694)	633	737
Obras e instalações em andamento	36.312	—	36.312	13.494
Total	684.737	(293.081)	391.657	378.776
			2024	2023
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	323.965	(106.896)	217.069	228.922
Equipamentos e instalações	283.158	(147.672)	135.486	151.900
Computadores e periféricos	12.799	(7.200)	5.599	5.972
Móveis e utensílios	1.357	(620)	737	752
Obras e instalações em andamento	13.494	—	13.494	2.232
Total	641.164	(262.388)	378.776	395.359

b. Movimentação do custo do ativo imobilizado:

	Saldo em 01/01/25	Adições (i)	Baixas	Transf. rências	Saldo em 31/12/25
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391
Edificações e benfeitorias	323.965	—	(18)	6.121	330.068
Equipamentos e instalações	283.158	—	(21)	13.137	296.274
Computadores e periféricos	12.799	—	(21)	1.587	14.365
Móveis e utensílios	1.357	—	(30)	—	1.327
Obras e instalações em andamento	13.494	43.927	(264)	(20.845)	36.312
Total	641.164	43.927	(354)	—	684.737

(i) O saldo de R\$ 43.927 de adições em CIP é majoritariamente composto por investimentos em manutenção e infraestrutura, com destaque para a recuperação estrutural da galeria (R\$ 9.039), bem como melhorias e revitalizações que aumentam a produtividade (R\$ 7.482).

	Saldo em 01/01/24	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldo em 31/12/24
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391
Edificações e benfeitorias	321.708	—	(411)	2.668	323.965
Equipamentos e instalações	284.015	—	(1.600)	743	283.158
Computadores e periféricos	12.165	879	(245)	—	12.799
Veículos	24	—	(24)	—	—
Móveis e utensílios	1.281	86	(10)	—	1.357
Obras e instalações em andamento	2.232	14.705	(32)	(3.411)	13.494
Total	627.816	15.670	(2.322)	—	641.164

O montante de R\$11.348 (R\$4.000 em 2024) faz parte das adições do ano de 2025, entretanto ainda encontram-se em aberto em "Fornecedores". Este montante, para fins de fluxo de caixa, foi ajustado em "Aquisições de Imobilizado".

c. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado:

	Saldo em 01/01/25	Depreciação	Baixas	Transf. rências	Saldo em 31/12/25
Edificações e benfeitorias	(106.896)	(14.405)	—	(121.301)	(141.602)
Equipamentos e instalações	(147.673)	(14.815)	2	(162.486)	(164.886)
Computadores e periféricos	(7.200)	(1.421)	21	(8.600)	(6.600)
Móveis e utensílios	(620)	(94)	20	(694)	(1.184)
Total	(262.389)	(30.735)	43	(293.081)	(322.781)
	Saldo em 01/01/24	Depreciação	Baixas	Transf. rências	Saldo em 31/12/24
Edificações e benfeitorias	(92.786)	(14.123)	13	(106.896)	(106.896)
Equipamentos e instalações	(132.925)	(15.671)	924	(147.672)	(147.672)
Computadores e periféricos	(6.193)	(1.252)	245	(7.200)	(6.193)
Veículos	(24)	—	—	(24)	(24)
Móveis e utensílios	(529)	(101)	10	(620)	(620)
Total	(232.457)	(31.147)	1.216	(262.388)	(293.081)

d. Vida útil estimada do ativo imobilizado: As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para o ano de 2025 e 2024, são as seguintes:

	2025	2024
Edificações e benfeitorias	10 a 33 anos	10 a 33 anos
Equipamentos e instalações	17 anos	17 anos
Computadores e periféricos	11 anos	11 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	9 anos	9 anos

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

14. FORNECEDORES

	Nota	2025	2024
Mercado interno		36.757	23.954
Partes relacionadas	12	509	359
Total		37.266	24.313

A Companhia possui contratos firmados com agentes financeiros para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada FinanFor, no montante de R\$ 10.387 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.285 em 31 de dezembro de 2024). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os agentes financeiros, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de mercadorias, através de agentes financeiros, a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores. Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece. Ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. O *aging* e montantes referentes a operação: Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais da Companhia são fornecidas na tabela abaixo:

	2025	2024
Valor contábil dos passivos financeiros		
Apresentado em fornecedores	10.387	4.285
- dos quais fornecedores receberam pagamento do banco	10.387	4.285
Intervalo de datas de vencimento de pagamento		
Contas a pagar comerciais sujeitas a acordo de financiamento com fornecedor (dias após a		



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

(iv) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. **Análise de sensibilidade:** Considerando a atual exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros, em especial ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fator ao qual está indexada as debêntures, e a SELIC, fator ao qual está indexado o mútuo. Em ambos os casos um eventual decréscimo da taxa em relação ao projetado para os próximos exercícios ocasionará à Companhia um efeito favorável. A análise considera os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 indexados às taxas pós-fixadas e projeta as despesas financeiras calculadas sobre esse saldo, utilizando a curva futura de juros em 31 de dezembro de 2025 nos vencimentos dessas operações. Uma alteração de 100 pontos bases no IPCA e na SELIC, nas taxas esperadas para os próximos períodos, ocasionariam os seguintes impactos no resultado da Companhia:

31 de dezembro de 2025
Debêntures 286
Mútuos 12.863

31 de dezembro de 2024
Debêntures 1.342
Mútuos 10.573

	100 pontos bases aumento	100 pontos bases redução
31 de dezembro de 2025		
Debêntures	286	(288)
Mútuos	12.863	(12.037)
31 de dezembro de 2024		
Debêntures	1.342	(1.340)
Mútuos	10.573	(9.809)

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Paralisação temporária da planta de SSP - Super Simples da Fospar: Em 16 de dezembro de 2025, a Administração decidiu paralisar temporariamente as atividades na planta de SSP - Super Simples, da Fospar, devido ao custo de oportunidade de operação no cenário atual com o aumento acentuado do custo do enxofre. As atividades do Terminal Portuário permaneceram em operação. Como forma de trazer mais eficiência para a paralisação temporária da fábrica de fertilizantes, a Administração executou a parada programa anual no mês de Janeiro de 2026, antecipando a manutenção anteriormente programada para Junho de 2026. Não houve indícios de impairment em ativos individuais. Os custos com funcionários da planta de SSP foram alocados em custos ociosos para refletir diretamente no resultado o impacto da ociosidade de produção, até a retomada das atividades produtivas.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Eduardo de Souza Monteiro Diretor Superintendente	Jorge Sebastian Villegas Diretor	Emerson Araken Martin Teixeira Diretor	João Roberto Galhardo Diretor	Rafael Carlo Finardi Diretor
---	--	--	---	--

CONTADORA

Ana Paula Castanho Bagaio
CRC 1SP254867/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Fospar S.A.** Paranaquá - PR - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fospar S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fospar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receitas:** Veja a Notas 5J e 23 das demonstrações financeiras; **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia reconhece receita de prestação de serviços, principalmente de industrialização de fertilizantes e serviços de movimentação portuária de mercadorias. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de performance, ou seja, no momento da prestação do serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho ou quando o material for efetivamente descarregado. O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras. Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento em que o serviço é prestado, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria; **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Para uma amostra de transações de serviços prestados para empresas terceiras, inspecionamos a nota fiscal que evidencia a ocorrência da transação de prestação de serviço, a liquidação financeira e a documentação de medição do serviço; (ii) Para as transações de serviços prestados para empresas do mesmo grupo, realizamos confirmação dos saldos na data-base do exercício corrente; (iii) Para as prestações de serviço reconhecidas no último

mês do exercício, efetuamos o cálculo do ajuste de corte de serviços prestados, de forma independente, que contempla a inspeção da medição do serviço prestado; (iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetavam a mensuração das receitas reconhecidas, os quais não foram registrados pela Administração. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de receitas da Companhia, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC SP-252905/O-2

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Balancos

Concorrências

Editais

Súmulas

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 30/03/2026 09:37:41

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 31c59022246e13ca3a998ec4db8ba624ee0c2ef295a60acb1dafe65bcd2969cd



Assinatura

Assinado em: 30/03/2026 09:37:47

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 84c12119caf790886e57ae77c4781933



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.2.12	-25.442456324131,-49.255846823261	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

CNPJ/MF nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Quatro Barras/PR, 30 de março de 2026.
Cristiane de Fatima Fiaila - Diretora Adm., Financ e DRI.

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.brpl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 30/03/2026 10:53:49

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 10087921ffc5caf932628bdb5252ebb4b21cb8ff333c55fe486fa610b79c3f72



Assinatura

Assinado em: 30/03/2026 10:53:56

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 416af0e3ff1b945715172c3def7e9bb8



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.23.141	-25.442415396847 , -49.255830992447	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

